

## "MANIFESTO EM DEFENSA DO MONTE PITUCO"

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALMUINHA de Marim manifesta o seu apoio ao colectivo de vizinhos "Defende o Pituco" constituído para se opor ao projecto de localização de um polígono industrial no monte Pornado. O nosso posicionamento baseia-se nas análises sobre a implementação de políticas semelhantes em outros emplacements das que se conclui a focalização de movimentos especulativos interessados em sementar o nosso território de infra-estruturas carentes de uma planificação acaída aos interesses reais da nossa economia, potenciando um modelo de desenvolvimento voraz e depredador dos nossos recursos.

A oferta de solo industrial em Marim deve ser estudada com rigor. Tem-se provado que a venda de parcelas para o assentamento industrial em outras comarcas não se corresponde em absoluto como a ocupação efectiva dos mesmos, o que nos induz a pensar que a especulação está a gerar efeitos perniciosos como a pressão ao alza dos preços do solo de uso industrial provocando a expulsão do investimento produtivo autóctone e a entrega dos nossos recursos a agentes forâneos.

Um polígono no entorno do Couto de Pornado incluídos no Espaço Protegido de "Montes do Morraço" estabelecido nas Directrices de Ordenação do Território da Junta de Galiza, como Área Estratégica de Conservação, teria um forte impacto ambiental e deterioraria a saúde da povoação de Marim como já têm posto de manifesto os ecologistas por constituírem um verdadeiro pulmão da nossa vila.

Tanto o próprio assentamento quanto o transporte derivado da actividade industrial no entorno prejudicariam o património natural, meio ambiente, rios, solo de interesse agrícola e formações geológicas de enorme interesse, a riqueza florestal e a fauna animal ao romper o seu habitat de assentamento. Modificaria o entorno paisagístico destruindo o nosso património etnográfico e arqueológico que reúne nesta área sete jazimentos já afectados nos últimos anos pela construção da Variante de Marim e da Linha de Alta Tensão Lourizán-Cangas que provocaram, por exemplo, a desaparecimento de um importante petroglifo.

A nossa cultura natural e histórica é também susceptível de valoração económica, e podem fornecer de riqueza e de postos de trabalho a todo um povo. Mas devido à visão curto-prazista, de obtenção de lucro rápido e sem escrúpulos e à ignorância sobre a riqueza que atesouram os nossos montes e o nosso património arqueológico não se chega a compreender que os povos mais desenvolvidos, social e economicamente, tiram rédito da sua cultura e não a destroem. Estes povos preferem assentar as bases de uma economia auto-sustentável, respeitosa com o médio e perdurável, que repercuta no presente e nas gerações vindouras, e não para hoje e fome para amanhã.

Atrás dos cantos de sereia que anunciam o aluvião de postos de trabalho que se podem gerar sempre se acocha a voz do monstro do desenvolvimento irracional que engole todo o que se lhe põe por diante provocando mais dano que proveito. Também não aceitamos (nomeadamente depois da sentença que declara ilegais os recheios de Prazeres) a pretensão da administração de localizar em solo ganhado ao mar de jeito ilícito, o assentamento de indústrias alheias à exploração dos recursos marinhos.

Enquanto às alternativas e segundo dados que fornece Xestur (a sociedade pública responsável para a gestão do solo industrial) existem todavia parcelas disponíveis em outros parques como na Reigosa, ou em Redondela-Mos.

E para além da procura de maior superfície para disponibilidade industrial fazemo-nos uma série de perguntas pertinentes: está finiquitada pela nova Junta a função de estudo, análise e planificação que o anterior governo autonómico encomendava ao novo órgão público “Galiza SUMA”?; que tipo de indústria se pretende assentar?, Seria não contaminante?; trata-se de investimentos criadores de emprego neto ou apenas naves de armazenamento que prescindem da contratação importante de mão de obra? Todas estas incógnitas estariam em tudo pendentes de isolar.

Marim está necessitado de uma planificação à sério em função dos interesses e características do seu mercado laboral. Reclamamos um plano de fomento do emprego para os colectivos mais desfavorecidos como os parados de longa duração, as mulheres, a mocidade, os incapacitados, os colectivos em risco de exclusão social, imigrantes; a adequação da formação profissional ao mercado laboral da zona; o desenvolvimento sustentável do entorno do Pórtido para o que já existe a proposta de criação do "Espaço Natural Arqueológico dos Sete Caminhos" que pretende a valorização dos recursos do lugar.

Por último, manifestamos o nosso posicionamento em contra da atitude errática do governo municipal enquanto às suas mudanças de postura a respeito da localização dos polígonos e também e principalmente a posição do Partido Popular, que visando ganhar as próximas eleições locais, opta pelo tacticismo mais detestável para tirar créditos deste conflito mesmo explicitando a ameaça real de paralisar, desde o governo da Junta de Galiza, a aprovação definitiva do PGOM.

Ademais, alertamos do intento de criar divisões entre os vizinhos para poder instrumentalizar eleitoralmente estes colectivos. Demasiadas vezes na história política recente do nosso país, muitos movimentos sociais foram assimilados e dissolvidos quando já não se lhe tirava rendimento, sem resolver os conflitos que estavam na sua origem, e obviando tomar as decisões no interesse da maioria contando com o imprescindível concurso da participação cidadã.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALMUINHA DE MARIM

Marim, 25 de Fevereiro de 2010

João J. Romero Durán